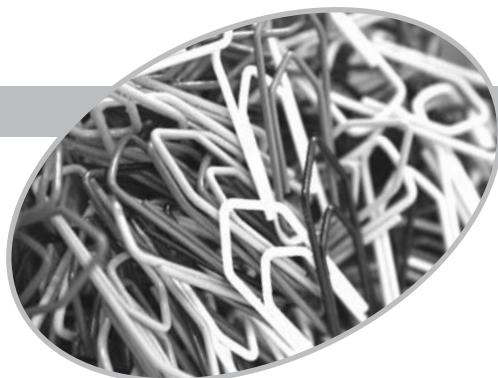


Cidadania fragilizada: a representação dos direitos sociais na imprensa popular



Márcia Franz Amaral

*Doutora em Ciências da Comunicação e da Informação (UFRGS)
Professora do Mestrado em Comunicação da UFSM
E-mail: marciafamaral@uol.com.br*

Carine Felkl Prevedello

*Mestre em Comunicação Midiática (UFSM)
Professora do Centro de Artes e Letras da UFSM
E-mail: carineprev@gmail.com*

Resumo: O artigo aborda os sentidos da cidadania no *Extra* (RJ), um dos jornais de maior circulação no Brasil. A análise parafrástica conduz ao estudo das Formações Discursivas (FDs). As FDs, nomeadas de Cidadania Atribuída e Fragilizada, predominante, e de Cidadania Assumida e Ativa, minoritária, permitem compreender que o jornal prioriza a reprodução de um contexto de marginalidade das classes C, D e E no acesso aos direitos, embora mantenha brechas para a atuação cidadã por intermédio da cobertura pontual de mobilizações sociais. **Palavras-chave:** discurso jornalístico, jornalismo popular, representações sociais, cidadania.

Ciudadanía debilitada: la representación de los derechos populares en la prensa popular

Resumen: El artículo relata los sentidos de la ciudadanía en el *Extra* (RJ), uno de los periódicos de mayor circulación en Brasil. El análisis parafrástico conduce al análisis de las Formaciones Discursivas (FD). Las FD, nombradas de Ciudadanía Atribuida y Fragilizada, predominante, y de Ciudadanía Asumida y Activa, minoritaria, permitieron comprender que el periódico prioriza la reproducción de un contexto de marginalidad de las clases C, D y E en el acceso a los derechos, aunque mantenga brechas para la actuación ciudadana por intermedio de la cobertura puntual de movilizaciones sociales. **Palabras clave:** discurso periodístico, periodismo popular, representaciones sociales, ciudadanía.

Fragilized citizenship: social rights representation in popular press

Abstract: The article reports about the meanings of citizenship in the *Extra* (RJ), one of the newspapers with the highest circulation in Brazil. The paraphrase analysis leads the analysis to the Discursive Formations (DFs). The DFs, named Fragile and Attributed Citizenship, predominant, and Active and Assumed Citizenship, minority, allowed us to comprehend that the newspaper prioritizes the reproduction of a context of marginalization in classes C, D and E in the access to the rights, although it keeps ways for the citizen performance through an occasional coverage of social mobilizations. **Key words:** journalistic discourse, popular journalism, social representations, citizenship.

1. Introdução

O artigo aborda as representações sobre a cidadania sustentadas pelo jornal *Extra* (RJ), dedicado prioritariamente aos leitores classe C do Rio de Janeiro. O crescimento dos jornais populares no Brasil é evidente e podemos afirmar que há alguns pontos de superação na qualidade da informação em comparação aos de décadas passadas. Entretanto, a pesquisa mostra que, mesmo se dirigindo a um público com grandes demandas sociais, a cobertura dos temas relativos ao exercício da cidadania ainda é frágil nessa imprensa.

Partimos da premissa de que as representações sociais são um lugar material de construção da cidadania, afinal, o jornal se destina a um público bastante sensível às demandas sociais e concentra um poder simbólico significativo. O *Extra*, da Infoglobo, em 2006, foi o jornal de maior circulação no país e, em 2007, com a chegada de outro jornal popular ao auge de circulação (o *Super Notícia*, de MG), manteve-se como o jornal mais vendi-

do do país em vários finais de semana, mas ficou em quinto lugar entre os dez jornais de maior tiragem na média do ano.

Os sentidos da cidadania no *Extra* foram estudados a partir da identificação das famílias parafrásticas predominantes em temáticas referentes à cidadania, que apontaram para a configuração de uma Formação Discursiva dominante. A pesquisa analisou mais de quinhentas seqüências discursivas

A imprensa, em especial a dedicada a leitores populares, constrói-se como um referencial para o excesso de demandas



em matérias referentes: à política, aos direitos sociais, à educação, à saúde, ao trabalho e à segurança, e também ao direito à defesa do consumidor.

Foram definidas como *corpus* duas amostras de seqüências discursivas selecionadas nas semanas de 04 de junho de 2007 a 10 de junho de 2007, e entre 12 e 18 de agosto de 2007. Trabalhamos, no total, com 552 seqüências discursivas, sendo 152 relacionadas à Segurança, 119 à Política, 86 ao Trabalho, 81 à Educação, 70 ao Consumo e 44 à Saúde.

Há um circuito formado em torno do espaço da mídia como campo referencial para o reconhecimento da cidadania como condição inerente aos indivíduos autônomos. Jornais como o *Extra* surgem num contexto de direitos civis, políticos e sociais, reconhecidos pela Constituição de 1988, mas não garantidos pelo Estado e pela sociedade. A imprensa, em especial a dedicada a leitores populares, constrói-se como um referencial para o excesso de demandas. Carentes de respostas dos poderes constituídos e reféns da lentidão burocrática do Judiciário, as pessoas

enxergam nos meios de comunicação a possibilidade de pressão sobre as instituições e as soluções para os casos não resolvidos pelas vias oficiais, referentes aos mais diversos tipos de preocupação, desde o direito à saúde, à educação, à segurança, ao emprego, à habitação ou ao direito do consumidor. Mas esse movimento pode ser predominantemente uma estratégia de captação do leitor. Entretanto, cabe ao Jornalismo contribuir com o alargamento da participação cidadã. Desse ponto de vista, o direito à informação é uma premissa indispensável ao acesso aos demais direitos (Gentili, 2005:129).

Com base nos resultados de pesquisas periódicas sobre o perfil de seu público, e a partir de pesquisas diárias sobre as preferências entre as notícias oferecidas pelo jornal, o *Extra* construiu um estilo que se identifica com os supostos interesses dos seus leitores. Toda a informação é produzida considerando-se as “limitações” do universo de compreensão desse leitor, mas numa relação permanente com o que o jornal nomeia como “poder de intermediação” entre as instituições. Como afirma o chefe de reportagem Giampaolo Braga,¹ o jornal não enfatiza editoriais como Política e Internacional e foca em Polícia, Cidade, Educação, Transporte e Administração Pública. O *Extra* não entra muito no terreno de política partidária, que é o foco de *O Globo*: “A gente entende que o nosso leitor não está muito com a cabeça nisso, ele não está interessado em política partidária, e sim em política pública: se vai ter vaga em hospital, se vai ter vaga pro filho na escola”. O *Extra* seria o “amigo influente daqueles que não têm amigos influentes”.

Os jornalistas do *Extra* reconhecem que o seu leitor-padrão, por pertencer a classes com menor poder aquisitivo e menor escolaridade, ainda está trilhando o caminho para se tornar cidadão na maioria dos aspectos relativos ao acesso à saúde, à educação e à segurança e dependem fundamentalmente de um poder público ineficiente. Mas, ao mes-

¹ Em entrevista realizada na redação em 22 de janeiro de 2007.

mo tempo, são pessoas que estão ampliando seu conhecimento sobre os próprios direitos e sobre os meios que podem usar para conquistá-los, encontrando para isso, no jornal, um importante aliado.

Como se qualificar profissionalmente, como conseguir emprego, as dez melhores escolas públicas do Rio: estamos mostrando um caminho, dentro da exigüidade de recursos, que ele pode escolher pra melhorar a vida dele. Da cidadania plena, ele está longe, como o Brasil de maneira geral, nosso leitor não é exceção. Mas é uma batalha diuturna. A pessoa humilde sabe direitinho seus direitos. Eventualmente, não sabe como chegar e fazer valer: a justiça gratuita é uma dificuldade, a gente mostra como funciona, o atendimento médico no hospital (Thys, 2007).²

2. Representações, paráfrases e Formações Discursivas no *Extra*

Partimos da noção de Woodward (2000) da representação como sistemas classificatórios, que se estabelecem segundo diferenças, determinando oposições relacionais. É importante, portanto, considerar que o contexto sócio-cultural produz alterações na apreensão feita pelos jornalistas, produtores do discurso jornalístico, a respeito de seu leitor. E esse é um fenômeno que terá efeitos sobre a relação que gerencia o processo de produção da representação. Como lembra Silva, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. (...) Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (2000:91).

Compreendemos que os sentidos da cidadania num jornal estão subordinados a uma complexa rede de recursos jornalísticos e mercadológicos, adotados pela publicação com base em uma visão prévia a respeito de seu leitor-alvo. É a partir dessa reflexão que

optamos pelo estudo das representações sustentadas discursivamente pelo jornal *Extra* para apontar sentidos relacionados à cidadania. Identificamos a confluência de três momentos constituintes da construção da representação no *Extra*: a representação feita pelo jornal do direito em si (de cada temática), a representação feita pelo jornal a respeito de si mesmo (de sua interferência como enunciador nas pautas relacionadas à cidadania), e a representação do leitor apresentada pelo jornal. Em função dessa constatação, visualizamos a necessidade de trabalhar metodologicamente esses três momentos, embora nesse artigo tenhamos optado por aprofundar o primeiro momento.

Compreendida como algo que se mantém em todos os dizeres, estabelecendo o sentido através da repetição, a paráfrase delinea indícios definidores dos sentidos apresentados no discurso do jornal *Extra* em relação ao seu leitor, na perspectiva da cidadania (Orlandi, 2002, 2006). As famílias parafrásticas, que consistem em um agrupamento de seqüências discursivas inscritas numa regularidade de sentido, são identificadas por um enunciado-síntese.

Pêcheux (1997b) equivale o conceito de família parafrástica à matriz do sentido. As famílias parafrásticas estão atreladas às Formações Discursivas, na medida em que são elemento constituinte das FDs. Explica Orlandi:

(...) é o funcionamento da paráfrase que configura o espaço da formação discursiva como o espaço do mesmo no processo de identificação do sentido, já que, ao identificar o sujeito, o mecanismo da paráfrase lhe dá, ao mesmo tempo, a impressão de estabilidade do sentido, da permanência de seu conteúdo (2007:77).

O espaço de regularidade descrito pelas FDs passa pela identificação da continuidade caracterizada pela paráfrase, portanto, pelos sentidos dominantes registrados pelas famílias parafrásticas. Poderemos nominar o resultado final desse processo em que resultam as FDs de recortes do Interdiscurso, que

² Em entrevista à autora, realizada por correio eletrônico, em 15 de janeiro de 2008.

atuam atravessando o enunciado e apontando sentidos, de acordo com formações ideológicas específicas.

Pêcheux (In: Gadet & Hak, 1997) relaciona o conceito de “Formação Discursiva” à noção de Interdiscurso, referindo-se à relevância da incidência de discursos transversos ao discurso que se impõe. Orlandi (2007:89) define o Interdiscurso como “o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido”, ou seja, o dizer prévio.

A partir da análise das famílias parafrásticas presentes nas Sequências Discursivas sobre os direitos, sobre o jornal e sobre o leitor em relação a esses direitos, chegaremos às Formações Discursivas que convivem e disputam sentidos no jornal.

3. Sentidos predominantes nas temáticas da cidadania

3.1 Segurança

O jornal representa o direito à segurança pública como não existente no Rio de Janeiro. Ainda que o Estado apresente a iniciativa de enfrentar o crime organizado, na cobertura do *Extra*, há uma evidente desvantagem da organização estatal frente à estrutura da criminalidade, acompanhada da desconfiança da população sobre a ética e a eficiência das instituições de proteção. Denuncia a insuficiência dos instrumentos de segurança nos locais públicos, o desaparecimento da polícia, mesmo com treinamentos especializados, o envolvimento de policiais com corrupção, com a própria contravenção dentro das instituições públicas, o comportamento irresponsável durante confrontos nas favelas e os resultados pouco efetivos diante de excessivos gastos com operações policiais.

Além disso, a instância judicial é desacreditada à medida que o jornal mostra advogados comprometidos com traficantes e a impunidade facilitada pelas decisões judiciais

Apesar de descrever a violência como parte do cotidiano do carioca, o jornal incentiva movimentos de pressão por soluções

para o caos urbano, valorizando os protestos populares pelas mortes durante tiroteios nas favelas como forma de pressionar o Estado e as instituições policiais, e enfatizando as operações de enfrentamento dos bandidos. Todavia, os resultados desastrosos (com mortes acumuladas) somente referendam a desconfiança atrelada à série de suspeitas lançadas sobre integrantes das corporações.

“Segurança” é a instância que parece estar ausente da realidade em que vivem os moradores do Rio de Janeiro, especialmente aqueles que residem em áreas próximas às regiões de conflitos entre policiais e traficantes. Dessa forma, como o jornal se dirige claramente a uma classe desfavorecida socialmente, morador, portanto, prioritariamente das favelas, o direito à segurança pública parece algo irrealizável. Apenas a classe de alto poder aquisitivo é apresentada pelo *Extra* como o grupo que possui alguma condição estrutural de proteger-se contra a violência urbana.

Passamos então às Famílias Parafrásticas (FP) encontradas:

Tabela 1 – Os sentidos do direito à segurança no *Extra*

FP	Total de ocorrências de SD
FP 1 – “Não existe direito à segurança pública no Rio de Janeiro”	132 = 74%
FP 2 – “A estrutura policial está envolvida com a criminalidade”	25 = 14,1%
FP 3 – “A população está mobilizada para denunciar abusos da polícia e protestar contra a violência”	13 = 7,3%
FP 4 – “As classes altas têm condições de se proteger da violência”	07 = 3,9%

3.2 Política

Além de um direito, a participação política é antes compreendida como um dever

para o conceito clássico de cidadania, para as releituras contemporâneas sobre o tema, e também para a definição que adotamos neste trabalho. A dimensão dos direitos sociais é anterior ao dever da participação política, mas prescinde dessa atuação como indissociável à realização da cidadania: a sobrevivência com dignidade é alicerce para o exercício do debate das causas de interesse público. Isso, evidentemente, não está relacionado estritamente à política partidária, mas também, e, sobretudo, às mobilizações populares e às relações mantidas pela sociedade com as instituições.

As Seqüências Discursivas relacionadas à Política ocuparam o segundo lugar entre os seis temas selecionados, com uma pequena desvantagem em relação à Segurança, que ocupa o primeiro lugar em visibilidade no jornal. É importante destacar a centralidade das duas temáticas nessa amostra. Se somadas, as SDs relativas à Segurança e à Política equivalem a praticamente 50% do total de seqüências de todas as seis categorias analisadas.

Mas a evidência de quantidade não apresenta pluralidade de pontos de vista. Antes disso, conduz para um discurso homogêneo, se tratarmos da representação sustentada pelo jornal. Há uma insistente criminalização dos políticos. Praticamente a totalidade das seqüências apresenta referência ao envolvimento de políticos com a corrupção, a contravenção, as atividades ilegais e o uso irregular de dinheiro público. De acordo com o diretor de redação, Bruno Thys, nesse período, a editoria poderia ser nominada como “Políticia”, uma espécie de hibridismo entre Política e Polícia.

Além disso, o perfil de oportunistas, omissos e irresponsáveis é freqüentemente associado aos políticos das mais diferentes instâncias. Soma-se a isso um resíduo de folclorização e de tratamento pejorativo, às vezes explorando características pessoais e de intimidade, que era verificado mais fortemente nas análises exploratórias, mas aparece, mesmo que de forma mais branda, nessas semanas avaliadas.

Os registros de protestos e de mobilizações feitos pela população – na relação direta com a política, posto que já foram descritos em situações que envolvem os direitos sociais – são significativos, pois reiteram a característica de entendimento da importância dos movimentos para a pressão e para a ampliação das possibilidades de relacionamento institucional.



Compreendemos que os sentidos da cidadania num jornal estão subordinados a uma complexa rede de recursos jornalísticos e mercadológicos

Há, em alguns casos, uma estratégia de desqualificação das manifestações, mas que não pode ser compreendida como uma generalização, visto que, nos demais casos, os protestos são apresentados como consequência de conscientização e da disputa de forças entre campos sociais, o que caracteriza uma forma de participação política efetiva.

Entretanto, mesmo que o jornal proporcione espaço às manifestações populares, é no discurso sobre política que está localizada a hegemonia mais forte de uma família parafrástica, que possui como enunciado-síntese: “Os políticos estão comprometidos com atos ilícitos”, como poderemos observar na tabela a seguir.

Tabela 2 – Os sentidos da política no *Extra*

FP	Total de ocorrências
FP 1 – “Os políticos estão comprometidos com atos ilícitos”	62 = 82,6%
FP 2 – “A população é consciente do poder de pressão política das mobilizações”	13 = 17,3%

3.3 Trabalho

O tema do Trabalho é apresentado pelo *Extra* como circunscrito aos serviços públicos e à luta dos desempregados ou dos trabalhadores de outros setores para conquistar uma vaga que garanta a estabilidade proporcionada pela estrutura estatal. Estão ausentes, na cobertura, temáticas como o trabalho informal, alternativas

Está imbricada no Extra uma concepção fragmentada, em que política é sinônimo de contravenção e a população permanece refém de um Estado ineficiente



para fugir do desemprego sem buscar vagas em contratos estáveis, ou mesmo o incentivo ao empreendedorismo. Os desdobramentos da condição de trabalhador com vínculo formal, principalmente no serviço público, tais como direitos traba-

Tabela 3 – Os sentidos do direito ao trabalho no *Extra*

FP	Total de ocorrências
FP 1 – “O emprego como funcionário público é a prioridade dos leitores”	38 = 59,3%
FP 2 – “Os leitores desconhecem os direitos trabalhistas e os requisitos para o mercado de trabalho; precisam de orientação”	21 = 32,8%
FP 3 – “O público do jornal tem baixa qualificação para o mercado de trabalho, e o jornal pode ajudar a melhorar essa situação”	05 = 7,8%

lhistas, adicionais relevantes para a renda dos trabalhadores, e as negociações para reajustes são temáticas obrigatórias nas pautas relacionadas ao Trabalho.

Sem ser relacionado à dimensão de direito social que deveria ser suprido pelo Estado, o trabalho é entendido como uma tarefa de desempenho particular, atrelada à competência específica de cada indivíduo. O jornal manifesta-se restritivo aos movimentos grevistas, salientando o prejuízo aos serviços prestados à população, apresentando o Estado como uma entidade diplomática nas negociações, e as representações sindicais como intransigentes.

3.4 Educação

Entre os direitos sociais, o acesso à educação parece ser aquele que o *Extra* considera parcialmente atendido pelo Estado, em termos minimamente adequados. A precariedade da estrutura pública de ensino é denunciada, assim como a desorganização pedagógica e a ausência de critérios objetivos da administração pública no relacionamento com os professores e com os funcionários das escolas. Contudo, há uma identificação da comunidade escolar contemplada pelo acesso à educação pública, e das iniciativas do Estado em implementar mudanças no sistema de ensino e atividades pedagógicas inovadoras que, mesmo isoladas, são apontadas como referenciais e de resultados efetivos.

Embora seja um campo no qual a crítica à precariedade do sistema não aparece de forma tão direta quanto nos campos da Segurança e da Saúde, é possível perceber uma disputa política do *Extra* com as concepções da prefeitura do Rio de Janeiro na área da Educação. Há uma seqüência de matérias sobre as dificuldades de diálogo do Estado com a comunidade escolar; que fazem críticas à falta de orientação que deveria ser prestada pela administração; e que colocam sob suspeita as intenções do governo municipal com determinadas propostas de

modificações na estrutura de ensino, como a inserção do sistema de ciclos, rotulado como o método da “aprovação automática” pelo *Extra*.

Tabela 4 – Os sentidos do direito à educação no *Extra*

FP	Total de ocorrências
FP 1 – “O sistema de ensino público é desorganizado”	26 = 38,9%
FP 2 – “Há iniciativas inéditas no sistema público de educação que superam as dificuldades estruturais e têm resultados significativos”	18 = 26,8%
FP 3 – “A comunidade escolar é mobilizada e acompanha os debates do setor”	15 = 22,3%
FP 4 – “O leitor precisa melhorar a formação, e o jornal pode ajudar nisso”	08 = 11,9%

3.5 Saúde

O acesso à saúde, ainda que contemplado de forma parcial pela estrutura da rede pública, é percebido pelo *Extra* como um direito negligenciado à população, por ser prestado com ineficiência. As Seqüências Discursivas abordam a desorganização dos hospitais, o atendimento precário e as péssimas condições de trabalho para os profissionais.

As inaugurações de novos postos de saúde e a entrega de novos equipamentos têm destaque, mas são acompanhadas do contraponto de desqualificação com a suspeita de serem usadas para dividendos políticos, e por acontecerem simultaneamente ao sucateamento de unidades importantes para o atendimento à população. Embora mantenha essa ressalva, o jornal demonstra uma preferência política pelo governador

do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (em contraposição ao então prefeito César Maia), mas não deixa de elogiar iniciativas de novos programas públicos municipais de assistência social.

Pudemos observar que, além de ser a categoria em que ocorreu o menor número de Seqüências Discursivas no período analisado (44 SDs), não há uma delimitação específica de um campo de sentido no discurso relacionado à saúde. Há um equilíbrio entre duas famílias parafrásticas: a que identifica a precariedade do sistema e, de outro lado, a que reconhece as iniciativas do Estado em proporcionar melhor atendimento à população:

Tabela 5 – Os sentidos do direito à saúde no *Extra*

FP	Total de ocorrências
FP 1 – “O sistema de saúde pública é precário”	22 = 50%
FP 2 – “Novas estruturas e programas públicos oferecem melhor atendimento à população, mas de forma isolada”	22 = 50%

3.6 Consumo

O tema do Consumo é o único em que podemos afirmar que o jornal *Extra* constrói uma representação mais avançada em termos de consideração desse campo como um direito legalmente constituído, seja através das instituições representativas ou da atuação do consumidor, embora mantenha um estereótipo de marginalidade deste. O jornal apresenta com clareza e com objetividade as instituições de defesa do consumidor, alerta o leitor para casos de desrespeito ao direito do consumidor e orienta sobre os procedimentos a serem seguidos.

Os representantes das instituições de defesa são tratados com deferência, citados

como fonte de esclarecimento. Há uma evidente vigilância sobre empresas que estejam burlando os direitos do consumidor, ressaltando a reparação praticamente imediata dos danos na quase totalidade dos casos, embora o jornal deixe claro também que há muitas situações de infração ao Código de Defesa do Consumidor, possibilitadas freqüentemente pelo desconhecimento dos consumidores a respeito de seus próprios direitos.

Tabela 6 - Os sentidos do direito do consumidor no *Extra*

FP	Total de ocorrências
FP 1 – “O consumidor desconhece seus direitos, mas está em busca de orientação”	13 = 41,9%
FP 2 – “As empresas reparam os consumidores lesados”	10 = 32,2%
FP 3 – “As instituições de defesa do consumidor são atuantes”	08 = 25,8%

Consumo, portanto, para o *Extra*, é um setor no qual o leitor tem um direito legalmente constituído, com instituições de defesa atuantes e bem definidas, e com uma vigilância cotidiana do jornal sobre produtos de alimentação, tecnologia e serviços bancários. Apesar de haver irregularidades, as empresas estão atentas para reparar prejuízos ao consumidor, cientes de que esse é um setor em que há vigilância, e de que o consumidor está a cada dia mais bem informado sobre seus direitos.

4. Como o jornal se representa e representa o leitor

Após sistematizarmos sucintamente as representações dos direitos no jornal, é importante mencionar os papéis que o *Extra* atribui a si mesmo nas questões relacionadas à cidadania. A auto-representação do *Extra* em seu discurso passa prioritariamente pela função de jornal vigilante e denunciante e, em segundo lugar, como instrumento de esclarecimento e informação especializada e formador de opinião. Já a representação do jornal como porta-voz da opinião pública foi menos recorrente. Já o leitor foi representado por quatro famílias parafrásticas, descritas abaixo:

Tabela 7 – A representação do leitor no discurso do *Extra*

CA* FP	Segurança	Política	Trabalho	Educação	Saúde	Consumo	Total
1 – Vítima da ineficiência do Estado	40%	12,4%	14,4%	12,4%	14,4%	6,2%	145
2 – Em situação de subalternidade marginalidade	25,84%	5,61%	19,1%	20,22%	10,11%	19,1%	89
3 – Em busca de esclarecimento	5,66%	5,66%	32,07%	5,66%	11,32%	39,62%	53
4 – Disposto a mobilizações	25%	25%	26,48%	22,05%	1,47%	0	68

*CA = Categorias de Análise

O *Extra* construiu para si um papel de vigilância e de denúncia sobre as instituições, principalmente sobre as que deveriam prestar serviços públicos de atenção aos direitos fundamentais. Em função disso, representa em seu discurso um leitor vitimizado pela ineficiência do Estado e marginalizado por sua condição econômica e social.

5. Representação da cidadania fragilizada

É através das FDs que as posições de sujeito são definidas e as representações, configuradas. Após uma pesquisa exaustiva, relatada sucintamente neste trabalho, chegamos a duas Formações Discursivas que perpassam cotidianamente o discurso do *Extra* sobre cidadania, nomeadas como: “Cidadania Atribuída e Fragilizada” (FD1) e “Cidadania Assumida e Ativa” (FD2). O jornal *Extra* sus-

tenta um discurso em que há uma concepção preponderante da cidadania, mas não necessariamente contrária à outra concepção encontrada de forma minoritária. A Cidadania Atribuída e Fragilizada (FD1) é equivalente à representação da cidadania para as populações vulneráveis econômica e socialmente, e constitui-se como o discurso estruturante.

De outro modo, a Cidadania Assumida e Ativa (FD2) permite a essa população eventuais oportunidades para a construção das condições necessárias ao surgimento de um contexto de cidadania. São os casos em que o jornal representa os indivíduos como em busca de conscientização e de esclarecimento, e com percepção da relevância das manifestações públicas para o enfrentamento do Estado e para a sensibilização com a sociedade.

É possível observar que a cidadania no discurso do *Extra* é representada eventual-

Tabela 8 – FD 1 - Cidadania Atribuída e Fragilizada – os direitos

Famílias Parafrásticas
“Não existe direito à segurança pública”
“A estrutura policial está envolvida com a criminalidade”
“As classes altas têm condições de se proteger contra a violência”
“Os políticos estão comprometidos com atos ilícitos”
“Os leitores desconhecem os direitos trabalhistas e os requisitos para o mercado de trabalho; precisam de orientação”
“O público do jornal tem baixa qualificação para o mercado de trabalho”
“O sistema de ensino público é desorganizado”
“O sistema de saúde pública é precário”
“Novas estruturas e programas públicos de saúde oferecem melhor atendimento à população”
“Há iniciativas inéditas no sistema público de educação que superam as dificuldades estruturais e têm resultados significativos”

Tabela 9 – FD1 – Atribuída e Fragilizada – o jornal e o leitor

Famílias Parafrásticas
Jornal como vigilante de denunciante de irregularidades
Jornal como porta-voz da opinião pública
Leitor em situação de subalternidade e marginalidade
Leitor vitimizado pela ineficiência do Estado

mente pelas mobilizações populares como participação política possível, e a busca da consciência de direitos e da inclusão social como um processo em evolução. Nesse caso, o papel da imprensa em proporcionar instrumentos para a construção de um cenário favorável ao desenvolvimento da cidadania parece estar sendo contemplado. Porém, trata-se de uma função que poderia ser ampliada com a aproximação mais crua do cotidiano das classes a que o jornal se dirige, incorporando movimentos de superação das limitações impostas por uma realidade distante da cidadania, principalmente através de iniciativas coletivas.

As classes C e D, representadas no *Extra*, estão muito longe do conceito de cidadania. Está imbricada na publicação uma concepção fragmentada, em que política é sinônimo de contravenção, o interesse coletivo é indefinível e a população permanece refém de um Estado ineficiente. Um processo em evolução, em que o leitor precisa do jornal como instrumento de orientação e de intermediação. E, nesse ponto, o discurso do *Extra* o coloca como instância central na disputa

por poder simbólico, ao equivaler-se às instituições, o que permite perceber a representação do jornal como imprescindível numa perspectiva útil mercadologicamente.

O leitor, para ser cidadão, encontra no *Extra* a possibilidade de melhorar sua formação e preparação para o mercado de trabalho, e um instrumento legitimado de mediação com os serviços públicos. Segundo sua construção discursiva reiterada, demonstrada no *corpus* analisado, o *Extra* delimita algumas condições relativas à cidadania de seu leitor. Um indivíduo em busca de consciência sobre seus direitos, mas em permanente situação de marginalidade: sem acesso a um sistema que garanta minimamente a saúde e a educação públicas, submetido a situações em que a superação pessoal é necessária. Mas não é possível afirmar que o discurso do *Extra* deslegitime o público-leitor como cidadão.

A FD1 (Cidadania Fragilizada), apesar de hegemônica, pode ser atravessada pela FD2 (Cidadania Ativa). Isto é, o indivíduo pode estar privado de direito à saúde, à educação, à segurança e ao trabalho, mas começa a desenvolver uma dimensão de cidadania através da

Tabela 10 – FD 2 – Cidadania Assumida e Ativa – os direitos

Famílias Parafrásticas
“A população está mobilizada para denunciar abusos da polícia e protestar contra a violência”
“A população é consciente do poder de pressão política das mobilizações”
“A comunidade escolar é mobilizada e acompanha os debates do setor”
“O consumidor desconhece seus direitos, mas está em busca de orientação”
“As empresas reparam os consumidores lesados”
“As instituições de defesa do consumidor são atuantes”
“O leitor precisa melhorar a formação, e o jornal pode ajudar nisso”

Tabela 11 – FD 2 – Cidadania Assumida e Ativa – o jornal e o leitor

Famílias Parafrásticas
Jornal como instrumento de esclarecimento e informação especializada
Jornal como formador de opinião
Leitor em busca de conhecimento sobre seus direitos, necessita de amparo institucional ou de orientação especializada
Leitor disposto a empreender mobilizações públicas para pressionar Estado e instituições

organização popular e da busca de orientação e esclarecimento sobre seus direitos.

Podemos observar que as condições essenciais à cidadania (os direitos sociais) e o conseqüente reconhecimento da responsabilidade do Estado nessa questão são abordados com timidez pelo discurso do *Extra*, transparecendo mais uma cobrança à capacidade pessoal de desempenho para a superação das dificuldades, com exceção do direito à segurança, em que parece haver uma vigilância e pressão maiores sobre a função estatal. O esvaziamento da política como espaço de participação complementa a caracterização de uma versão que neutraliza a função estatal, atrela a busca de cidadania a uma superação mais individual do que coletiva, e restringe o exercício de ativismo como circunstancial.

Enfraquecido e precarizado, o papel do Estado parece ter sido relegado à desconfiança permanente, mas ainda é central para as populações que se encontram em situação social desfavorável. Embora o próprio jornal

pregue a desestabilização da estrutura estatal através do descrédito na política, reconhece alguns avanços na melhora dos serviços de saúde e de educação. O jornal rende-se à relevância do papel do Estado para as classes vulneráveis: para a obtenção de condições mínimas ao exercício da cidadania, a função estatal permanece imprescindível, especialmente no acesso aos direitos sociais. No discurso do *Extra*, a cidadania encontra um molde adaptado à estratégia de vinculação do jornal com o leitor: uma representação fragmentada, que atende à consolidação do jornal como um instrumento de orientação e de formação de opinião. O jornal é o grande enunciador, o lugar central para a definição dos sentidos e para a disponibilização de posições de sujeito, ou seja, um lugar do qual os indivíduos que estão em processo de construção da cidadania não podem prescindir para obter visibilidade e buscar resultados que dependam de ações coletivas ou da atuação do Estado.

Referências

- AMARAL, M. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- GENTILLI, V. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania** – estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito à informação. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-318.
- _____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- Pesquisa sobre o perfil do leitor do jornal Extra**: dados sobre características sociais, culturais e econômicas dos leitores. Rio de Janeiro: Instituto Ipsos Marplan, 2006.
- Prevedello, C. F. **Representações no jornalismo popular**: a cidadania no discurso do *Extra*. Depoimentos concedidos pelos jornalistas Bruno Thys e Giampaolo Braga em janeiro de 2007.
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

